

## A Economia Política Institucionalista e o desenvolvimento

Henrique de Abreu Grazziotin  
Róber Iturriet Avila  
Ronaldo Herrlein Jr.

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GRAZZIOTIN, HA., AVILA, RI., and HERRLEIN JR. A Economia Política Institucionalista e o desenvolvimento. In: DATHEIN, R., org. *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos e pesquisas IEPE series, pp. 113-156. ISBN 978-85-386-0382-5. Available from doi: [10.7476/9788538603825](https://doi.org/10.7476/9788538603825). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/8m95t/epub/dathein-9788538603825.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# A Economia Política Institucionalista e o desenvolvimento

---

Henrique de Abreu Grazziotin  
Róber Iturriet Avila  
Ronaldo Herrlein Jr.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.  
Karl Marx

## 1. Introdução

Desde o final do século XX, a questão do desenvolvimento institucional e do papel das instituições na esfera econômica tornou-se cada vez mais preponderante na teoria econômica, deixando de ser um simples aspecto de “rigidez de mercado”. O ambiente institucional ganhou elevado poder explicativo desde então, principalmente quando as políticas prescritas pelas instituições internacionais falharam, sendo a causa apontada para tal falha a inexistência de arranjos institucionais que dessem suporte a tais políticas. As reformas propostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial desde os anos 80 foram infrutíferas, pois ignoraram as diferenças institucionais entre os países, advogando políticas idênticas para estruturas distintas (Chang, 2007a). Hoje, há ampla aceitação de que políticas derivadas diretamente de experiências dos países desenvolvidos ou dos livros-texto de economia dificilmente serão eficazes quando aplicadas a países em desenvolvimento que não apresentam o ambiente institucional pressuposto para o seu funcionamento.

Dessa forma, a experiência recente nos mostra que os arranjos institucionais são essenciais para que se possa entender o que diferencia as

trajetórias econômicas das diversas nações. Há a necessidade, portanto, de maior compreensão sobre os determinantes das instituições de cada país, como elas mudam ao longo do tempo e quais as relações entre as mesmas e o desenvolvimento econômico nacional. A Economia Política Institucionalista é uma abordagem teórica que busca responder a essas questões, prezando pela importância dos aspectos políticos e institucionais na atividade econômica. Trata-se de uma teorização apoiada em um corpo teórico aberto e que é proposta, com seus pressupostos gerais, nos diferentes trabalhos de Ha-Joon Chang<sup>1</sup>. Neles, Chang busca apontar as características essenciais acerca dessa abordagem, baseando-se no desdobramento teórico do chamado “Velho Institucionalismo” (*Original Institutional Economics*) e aceitando contribuições de autores de diversas vertentes. Nas palavras do próprio Chang (2002),

Como o leitor já deve ter notado, e isso se esclarecerá mais adiante, quando falo em abordagem “institucionalista”, não me refiro ao tipo Nova Economia Institucionalista (NEI), e sim a um desenvolvimento da tradição encontrada em autores clássicos como Karl Marx, Thorstein Veblen, Joseph Schumpeter, Karl Polanyi, Andrew Shonfield e Herbert Simon. [...] Essa tradição, às vezes chamada de Antiga Economia Institucional, difere da NEI em vários aspectos relevantes, porém a mais importante é que encara as instituições não simplesmente como coerções ao comportamento de indivíduos pré-moldados e inalteráveis, como na NEI, mas considera que elas próprias também moldam os indivíduos. (Chang, 2002, p. 120).

A Economia Política Institucionalista (daqui para frente abreviada em EPI) é considerada um corpo teórico aberto porque apresenta apenas noções gerais acerca das relações entre os ambientes institucional, econômico e político. Não há proposições de política que possam ser diretamente derivadas dessa abordagem, justamente pelo entendimento que a mesma apresenta da natureza das relações entre economia, política e instituições. Elas são de alta complexidade, diferindo

---

<sup>1</sup> Os trabalhos nos quais nos baseamos para construir um marco teórico fundamentado nessa visão são Chang (2002, 2004a, 2007a, 2007b, 2011) e Chang e Evans (2000).

ao longo do tempo e entre países. Além disso, a EPI é uma abordagem aberta porque não refuta diretamente as diferentes visões teóricas que tratam das instituições, mas as engloba. Portanto, à medida que essa visão apresenta maior capacidade explicativa para entender como, de fato, as relações que envolvem as instituições funcionam, ela perde poder propositivo, sendo necessária a análise específica de cada caso. Isso significa que o marco teórico aqui apresentado não gera regras simples e imediatas, o que é um custo prático associado a uma visão ampla sobre um tema que é de alta complexidade.

O que este ensaio pretende fazer é esboçar esse marco teórico. São necessários elementos teóricos abstratos para que se possa entender como se dá a interação das instituições com o ambiente econômico e qual o papel das mesmas no processo de desenvolvimento. De forma didática, o ensaio introduz a EPI como uma alternativa de abordagem na análise da relação entre instituições e desenvolvimento econômico, com enfoque no processo de mudança institucional. Nosso texto está subdividido em seis seções além desta introdução. A primeira apresenta as definições básicas da EPI, com enfoque nas ideias de forma e função, e o papel primordial da cultura nesta abordagem. A segunda enfoca o processo de mudança institucional a partir das relações complexas entre instituições e agentes. A terceira busca caracterizar, em economias capitalistas, o mercado, o Estado e a política dentro do marco teórico da EPI, com enfoque na diversidade institucional e na indissociabilidade desses elementos a partir das “estruturas de direitos e obrigações”. A quarta seção tem como objetivo explicitar as relações de causalidade entre instituições e desenvolvimento econômico (entendido aqui como mudanças da estrutura produtiva capitalista), colocando em questão a importância das inter-relações existentes entre o ambiente institucional e a estrutura. A quinta seção apresenta considerações acerca da metodologia da análise institucional e, por fim, a conclusão fecha o trabalho, com um resumo da EPI como marco teórico consistente para a interpretação das instituições e do desenvolvimento.

## 2. Definições básicas e o papel da cultura

Inicialmente, é importante ressaltar que as controvérsias que permeiam o debate institucional começam logo nas definições mais bá-

sicas. O conceito de “instituição” não é consensual, diferindo entre os autores (Chang, 2007B; Conceição, 2000). Em Veblen, as instituições são hábitos de pensamento dominantes, conjunto de normas, valores, regras<sup>2</sup>, convenções<sup>3</sup> que são estabelecidas pelo pensamento comum (coletivo) e que se tornam rotinas, padrões em uma sociedade, sendo ainda sujeitas à mudança, evolução: “isto é o que se entende por instituições; são hábitos comuns de pensamento estabelecidos para a uma generalidade de homens”<sup>4</sup> (Veblen, 1952, p. 238). Eles são solidificados a partir de características genéricas do ser humano – os “instintos humanos” de Veblen – e de suas vivências históricas. Estes hábitos estabelecidos superam ou fortalecem processos e rotinas e modelam as sociedades. Nos termos de Hodgson (2007, p. 96), instituições são “sistemas de regras sociais estabelecidas e enraizadas que estruturam interações sociais”<sup>5</sup>. Na interação do indivíduo com a sociedade, são estabelecidas normas de comportamento, convenções, códigos de conduta, costumes, tabus que formam a ordem social. As instituições podem ser tidas, ainda, como crenças que configuram o arranjo de poder, ações coletivas que controlam o indivíduo, restrições advindas da inter-relação humana, poder que condiciona a transação e a reprodução material, conjunto de hábitos e pensamentos presentes no tecido social (Conceição; Barcellos, 2010; Stanfield, 1999).

Para diferentes abordagens institucionalistas, o processo de desenvolvimento econômico apresenta *path-dependence*,<sup>6</sup> sendo um fenômeno

---

<sup>2</sup> Hodgson (2007, p. 96) assevera que as regras são “*understood as socially transmitted and customary normative injunctions or immanently normative dispositions that in circumstances X do Y*” (As regras são socialmente transmitidas e são usualmente ações inibitórias normativas ou disposições imanentemente normativas que, em circunstâncias X provocam Y – Tradução nossa).

<sup>3</sup> De acordo com Hodgson (2012, p. 96, grifos no original), “*Conventions are particular instances of institutional rules*.” (Convenções são instâncias particulares de regras institucionais – Tradução nossa).

<sup>4</sup> “*that is what is meant by calling them institutions; they are settled habits of thought common to the generality of men*” (Tradução nossa).

<sup>5</sup> “*systems of established and embedded social rules that structure social interactions*” (Tradução nossa).

<sup>6</sup> Por *path-dependence*, o presente é resultado da trajetória anterior. Assim, é preciso entender a história para explicar o presente. Para o institucionalismo, a história interfere na maneira como as sociedades vivem e as instituições de hoje dependem do passado. De acordo com o conceito de *path-dependence*, o ambiente institucional é peculiar a

peculiar e particular em cada sociedade, em que o ambiente econômico envolve disputas, conflitos e incertezas (Conceição, 2002). Há também uma concordância genérica entre os “institucionalismos” quanto à noção de que as restrições formadas pelas instituições mudam e são modeladas pela interação humana e que elas estruturam a sociedade.

A inexistência de um consenso para a definição de instituições leva, por consequência lógica, à inexistência de consenso quanto às relações que as instituições mantêm com os resultados econômicos, dificultando o debate. Para resolver essa questão, a EPI apresenta uma definição ampla, enfatizando instituições formais e informais:

Instituições são padrões sistemáticos de expectativas compartilhadas, pressupostos dados como certos, normas aceitas e rotinas de interação que têm efeito robusto em moldar as motivações e o comportamento de grupos de atores sociais interconectados. Em sociedades modernas, elas estão usualmente incorporadas em organizações coordenadas hierarquicamente com regras formais e capacidade de impor sanções coercitivas, como o governo ou as empresas. (Chang; Evans, 2000, p. 2, tradução nossa).

Na definição apresentada, destaca-se, em primeiro lugar, a diversidade de elementos que estão contemplados pelo termo “instituições”. Há a existência de instituições formais (leis, normas, organizações, direitos de propriedade) e instituições informais (cultura, valores, costumes), remontando a visão de Veblen sobre o tema<sup>7</sup>. Pela definição, quando as normas aceitas, as rotinas de interação, os pressupostos dados como certos e as expectativas compartilhadas se expressam com caráter normativo-regulador da conduta, tendendo a ser incorporadas em organizações formais com poder coercitivo, trata-se de instituições formais. Quando esses elementos existem, porém não são incorporados formalmente, trata-se de instituições informais. A interação entre esses dois tipos é, na EPI, essencial para a compreensão dos resultados das políticas em ambientes institucionais distintos. As instituições for-

---

cada região. Portanto, a mudança econômica é uma consequência das ideias, ideologias e crenças que determinam a situação de longo prazo. Essa definição pode ser importada da física (Herscovici, 2004) e é também aplicada no institucionalismo (Conceição, 2002).

<sup>7</sup> Sobre a base teórica do “Velho Institucionalismo”, ver Conceição (2000, 2002).

mais, por exemplo, apesar de serem criadas para que sejam estáveis ao longo do tempo, apresentam maior capacidade de mudança do que as instituições informais, que envolvem as tradições e a cultura de determinado país.<sup>8</sup> Essas últimas, portanto, demoram mais para serem alteradas, o que não implica que elas permaneçam sempre as mesmas no longo prazo.<sup>9</sup> As relações sociais que ocorrem no ambiente institucional, caracterizado pela interação entre instituições formais e informais, acabam por determinar os resultados econômicos e sociais de cada nação. As instituições formais apresentam duas características importantes: forma e função. É necessário que haja uma distinção clara, pois a simples aplicação de determinado formato institucional não garante os resultados esperados por uma instituição, do mesmo modo como não há uma maneira correta de estipular quais funções certa instituição deve cumprir em uma sociedade. O que parece ocorrer, de acordo com Chang (2007b), é uma confusão no debate entre formas e funções, sem a distinção correta entre estes elementos.

As formas que uma instituição formal pode apresentar são diversas. Exemplos são a democracia para as instituições políticas, o enfoque na propriedade privada para os direitos de propriedade e a independência para o Banco Central. De acordo com a EPI, formas específicas não garantem resultados específicos, como se observa nas falhas de “transplante institucional” (Chang, 2007b). No entanto, apesar da forma não garantir o cumprimento de determinadas funções, é impossível descartar este elemento da discussão das instituições, pois a negligência da forma da instituição leva a um discurso vazio e indefinido, sem propriedade prática.<sup>10</sup> Portanto, toda instituição formal apresenta um formato, uma forma.

---

<sup>8</sup> As relações que envolvem a mudança institucional serão examinadas adiante. Por ora, em relação a esse tema, basta entender que as instituições formais são feitas para serem estáveis, porém passíveis de mudanças. Ver Chang (2007b, 2011).

<sup>9</sup> Esse ponto também vai ao encontro de Veblen, que pontua a influência da construção histórica no presente e da defasagem temporal sobre a constante evolução institucional: “a situação de hoje modela as instituições de amanhã mediante um processo seletivo e coercitivo, ou envigorando um ponto de vista ou uma atitude mental herdada do passado [...] as instituições – o que vale dizer, os hábitos mentais – sob orientação das quais os homens vivem são, por assim dizer, herdadas de uma época anterior [...] as instituições são o produto de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas e, por conseguinte, nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente”. (Veblen, 1983, p. 88).

<sup>10</sup> Para Chang (2007b, p. 20, tradução nossa), a negligência da forma leva a uma grande dificuldade de se fazerem propostas concretas de política. Para ele, “se fizessemos isso,

Relacionar diretamente um formato a uma função leva ao chamado “fetiche da forma”, em que se nega o fato de que uma série de diferentes formas pode levar ao cumprimento de certa função importante para o desenvolvimento econômico. A falta de correspondência direta acontece devido à interação entre instituições formais e informais. Isso ocorre porque as instituições não funcionam no “vácuo”, mas se relacionam de forma sistêmica em um ambiente institucional amplo (Chang, 2007b). Portanto, uma forma, para determinada instituição, que é importada de um ambiente institucional em que os resultados da sua aplicação foram positivos, não necessariamente obterá os mesmos resultados em outro país em virtude da interação com as instituições locais. Essa interação acontece tanto com as demais instituições formais do país local, que são distintas, quanto com as instituições informais, que são mais difíceis de serem modificadas em um curto período. Nesse último caso, o problema de compatibilidade pode ser mais severo, pois, mesmo que fosse possível alterar todas as instituições formais que se relacionam com a nova instituição, não seria possível adaptar as informais (Chang, 2007b). Nas palavras do próprio Chang,

Se um país tenta mudar as instituições importando novas formas das mesmas (ou mesmo importando os tipos de instituições que estão atualmente ausentes), elas podem não funcionar bem se forem incompatíveis com as instituições locais; talvez porque elas sejam fundadas sobre valores morais que são incompatíveis com valores morais locais, talvez porque elas assumam a existência de certas instituições que não existem no contexto local. (Chang, 2007a, p. 6, tradução nossa).

As funções, o segundo aspecto referente às instituições formais, também podem ser das mais diversas. Alguns exemplos de funções que podem ser exercidas pelas instituições são de coordenação, de administração, de inovação, de redistribuição de renda e de coesão social (Chang, 2007b). Uma abordagem funcionalista buscaria identificar as funções essenciais que as instituições devem cumprir para o desenvolvimento econômico e encontrar o formato institucional que mais se

---

seríamos como um nutricionista que fala em comer uma refeição saudável e balanceada sem dizer para as pessoas o quanto de cada coisa elas devem comer”.



adapta a tal função (Chang, 2007b). No entanto, há inúmeras funções que as instituições devem cumprir para o desenvolvimento, sendo improvável um consenso acerca de uma lista das principais.<sup>11</sup> Portanto, não há uma maneira correta de definir as funções mais importantes a serem exercidas pelo arranjo institucional.

Em primeiro lugar, uma mesma instituição serve a mais de uma função (Chang, 2007b). Exemplos são as instituições orçamentárias governamentais, que exercem as funções de investimentos em infraestrutura, proteção social e estabilidade macroeconômica, ou as instituições políticas, que servem para resolução de conflitos, provisão de coesão social e processos decisórios (Chang, 2007a, 2007b). Assim, nenhuma instituição acaba por cumprir uma única função.

Em segundo lugar, há várias instituições que exercem (ou podem exercer) a mesma função (Chang, 2007b). Por exemplo, a função de estabilidade macroeconômica pode ser obtida através de instituições distintas, que podem ser tanto um banco central independente focado na redução da inflação, quanto instituições orçamentárias do governo, instituições de regulação financeira, dentre outras.

Em terceiro lugar, uma mesma função pode ser exercida por diferentes instituições em diferentes sociedades (ou na mesma sociedade em diferentes períodos) (Chang, 2007b). Isso significa que enquanto uma sociedade cumpre a função de garantia do bem-estar dos seus cidadãos através de uma instituição específica, como, por exemplo, o Estado de bem-estar social, outra sociedade, sem essa instituição, pode ter a mesma função cumprida por instituições distintas. Isso significa que, para que haja comparação entre o quanto de bem-estar é provido à sociedade, como nesse exemplo, é necessário considerar não só a instituição “Estado de bem-estar social”, mas as demais que cumprem a mesma função. Por essas razões expostas por Chang (2007b), é muito difícil que haja uma lista consensual de quais seriam as mais importantes funções que devem ser exercidas pelas instituições de uma nação para levá-la ao desenvolvimento<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Mesmo que houvesse consenso quanto às funções mais importantes, seria ainda mais difícil consenso em relação ao formato que tais instituições deveriam ter. Ver Chang (2007b).

<sup>12</sup> No entanto, apesar da inexistência de consenso acerca de quais seriam as funções mais importantes que uma instituição deve cumprir para o desenvolvimento econômico,

O risco associado ao não entendimento de que existe uma multiplicidade funcional das instituições pode levar ao problema chamado por Chang (2007a) de *institutional monotasking*. Esse problema consiste em delegar a determinada instituição o cumprimento de uma única função, renegando o caráter multifuncional das instituições apontado pela EPI, o que é um erro por três motivos.

Em primeiro lugar, o *institutional monotasking* falha em explorar inteiramente o potencial das instituições. Um exemplo seria o banco central, que apresenta uma série de funções que exerceu historicamente no desenvolvimento dos países além da estabilidade do nível de preços<sup>13</sup>. Assim, de acordo com a EPI, é necessário que haja o entendimento multidimensional das funções para o aproveitamento pleno das capacidades institucionais.

Em segundo lugar, o *institutional monotasking* também torna mais fácil que grupos de interesse capturem certas instituições, fazendo com que estas sirvam aos seus interesses enquanto deveriam servir a outros também. Um exemplo está na governança corporativa orientada para os acionistas, que permite que estes imponham seus interesses sobre os demais interessados da sociedade.<sup>14</sup> As relações que se estabelecem quando uma única função é enfatizada para a instituição podem ser de dominação por parte de algum estrato da sociedade, por alguma relação de dependência ou de coerção.

Em terceiro lugar, o *institutional monotasking* pode levar à avaliação positiva de uma instituição quando considerada uma única função, negligenciando como ela se comporta em relação às demais funções que irá exercer. Basicamente, esquece-se das demais funções que ela inevitavelmente cumprirá. Assim, uma instituição que parece servir bem a uma função específica pode ser péssima quando outra é levada em consideração.

De uma forma geral, a não consideração da multiplicidade funcional atrelada ao nosso objeto de estudo e a negligência das diferenças

---

a discussão da importância de certas funções permanece relevante. O próprio Chang (1999, p. 193-8), ao discutir o Estado desenvolvimentista, estabelece algumas funções necessárias que justificam esta instituição, como a coordenação de mudanças estruturais, a provisão de uma “visão de futuro”, a construção institucional e a gestão de conflitos.

<sup>13</sup> Para mais detalhes, ver Epstein (2007).

<sup>14</sup> Ver Lazonick (2007).

entre as formas e as funções são causadoras de problemas. Elas passam a ocorrer principalmente quando existe ênfase apenas em um dos elementos que caracterizam as instituições formais e não o reconhecimento da sua complexidade.

Outro aspecto importante e conceitualmente definidor acerca das instituições, para além dos conceitos de forma e função, é sua capacidade de moldar as motivações e o comportamento de grupos e atores socialmente interconectados. Atribuir às instituições a capacidade de moldar as motivações e o comportamento dos agentes é um dos elementos cruciais da EPI e uma característica fundamental das instituições. Para explicar como elas atuam nesse sentido, Chang apresenta três características que nelas coexistem. A primeira é restringir o comportamento humano, limitando a ação. A segunda é possibilitar que agentes atinjam certos objetivos. A terceira, e mais importante, é constituir as motivações do comportamento humano e a visão de mundo dos agentes através das ideias e dos valores incorporados nas instituições.<sup>15</sup> A menos que esses três aspectos sejam considerados, a análise das instituições não estará completa.

A primeira característica está relacionada ao caráter limitador e restritivo do comportamento. As instituições formais, assim, estipulam limites para a ação e sanções no caso de descumprimento desses limites estabelecidos. Dessa forma, garante-se, ou, pelo menos, se busca garantir que comportamentos que apresentam altos custos sociais, ou que não apresentam legitimidade perante a sociedade, sejam coibidos. Exemplos são as regras de trânsito, normas de conduta e o direito penal. Portanto, o papel de muitas instituições é o de estabelecer o campo de ação aceitável da atuação humana, sendo a ação coercitiva o instrumento que garante tais limites. Esta visão é contemplada pela própria definição de instituições apresentada pela EPI, quando considera a capacidade de imposição de sanções pelas instituições formais.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Essas três características das instituições estão de acordo com o exposto por Chang e Evans (2000). Dequech Filho (2012) explora o porquê dos agentes se adequarem (ou não) às instituições e como se dá este processo.

<sup>16</sup> Instituições informais também podem apresentar a característica de restringir o comportamento humano, como, por exemplo, através do desprezo pela sociedade de comportamentos considerados imorais. Essa restrição não apresenta caráter coercitivo formal, porém atua também na limitação dos agentes.

A segunda característica das instituições põe em relevo sua capacidade de possibilitar o alcance, por parte dos agentes, de objetivos que, sem elas, seriam inalcançáveis. Um exemplo é o engajamento em pesquisa e inovação a partir de direitos de propriedade intelectual, que garantem os ganhos do investimento e reduzem o risco de que outros agentes copiem as ideias. Isso significa que as instituições podem, de acordo com os resultados por elas produzidos, possibilitar o desenvolvimento econômico em si. No entanto, há casos em que, para possibilitar certo grupo ou estrato da sociedade, outros deverão ser limitados e constrangidos. Assim, as instituições, ao lidarem com problemas de ação coletiva, geram soluções a partir da limitação de um grupo (ou de toda a sociedade) para possibilitar algo a outro (ou a todos).<sup>17</sup>

A terceira característica das instituições corresponde a um dos elementos teóricos mais importantes da EPI, firmando sua identidade específica ao estabelecer a influência do ambiente institucional sobre a constituição dos indivíduos e dos diferentes grupos sociais. Trata-se da característica “constitutiva” das instituições, em que elas se apresentam como elementos constituintes da visão de mundo dos agentes (Chang, 2002, 2007B. Chang; Evans, 2000).<sup>18</sup> Isso acontece porque toda instituição formal apresenta uma dimensão simbólica que incorpora certos valores, afetando indivíduos ou grupos sociais que interagem com as mesmas. Esses valores influenciam a visão de mundo dos agentes, pois passam a ser internalizados. Portanto, o resultado é de influência do ambiente institucional na forma como cada indivíduo entende o mundo, o que acaba por moldar o seu comportamento e, além disso, as suas motivações. Os indivíduos são, em grau significativo, moldados pelas instituições nas

---

<sup>17</sup> Chang e Evans (2000) apresentam como exemplo as ações afirmativas que favorecem certos grupos em desvantagem na obtenção de empregos a partir da limitação dos empregadores na escolha de seus empregados. Outro exemplo claro, que não é colocado pelos autores, é o sistema de cotas das universidades federais brasileiras, que favorecem grupos de menor renda e de elevada discriminação social na obtenção de vagas no ensino público superior, a partir da limitação do total de vagas reservado ao acesso universal.

<sup>18</sup> De acordo com Chang e Evans (2000), essa visão é mais explicitamente adotada por ciências sociais distintas da economia como, por exemplo, na sociologia institucionalista apresentada por Finnemore (1996). Apesar disso, há economistas, como Herbert Simon e Geoffrey Hodgson, que adotam a mesma perspectiva, principalmente no neoinstitucionalismo caracterizado por Conceição (2002).

quais estão inseridos, tomando para si os códigos morais e as normas que estão materializadas na estrutura social que os cerca.<sup>19</sup>

Essa concepção é um aspecto central de uma abordagem verdadeiramente institucionalista (Chang, 2002). Isso significa dizer que os agentes não têm as suas preferências dadas, como se fossem elementos exógenos, mas que estas se formam de acordo com a sua interação dinâmica com o ambiente institucional, que apresenta instituições de diferentes tipos, como as de produção, as de trocas e as políticas (Hodgson, 2002). O indivíduo e a sociedade não estão dados como fundamentos originais e anteriores às instituições. São construções históricas. A ação individual é largamente explicada pela vida em grupo, pelo que é imposto pelos arranjos sociais, pelas instituições. Sendo as relações humanas conexas e enraizadas nas formas institucionais, elas mudam de acordo com as alterações nessas próprias formas.

Também as instituições informais cumprem um papel na conformação do indivíduo. Sendo os hábitos comuns a um grupo social, estão eles imersos numa determinada cultura que influencia a conduta individual. Estes hábitos, cristalizados em instituições formais e informais, condicionam e restringem a conduta individual. Neste mesmo sentido, as crenças são formadas a partir das racionalizações de sentimentos e emoções, advindas dos hábitos, os quais foram estabelecidos por comportamentos repetidos. Há, portanto, uma interação entre comportamento, hábito, emoção e crenças, os quais explicam o poder normativo das instituições e parte da formação do indivíduo e da sociedade. Assim, o hábito forma regras e instituições, restringindo e/ou fortificando o comportamento do indivíduo.

Apesar da importância apontada para o ambiente institucional, é importante ressaltar que a EPI entende que não existe um determinismo estrutural das instituições para o indivíduo. Isso significa assumir que as instituições apresentam influência sobre as motivações dos agentes, mas

---

<sup>19</sup> Os agentes não necessariamente internalizam os valores morais inseridos nas instituições de forma a legitimá-los, ou seja, de forma a concordar e reforçar esses mesmos valores na sociedade. Eles podem também contestá-los, ou seja, discordar parcialmente ou integralmente da validade dos mesmos. No entanto, a principal consideração é de que os indivíduos estão necessariamente enraizados no ambiente institucional, em relação direta com os valores nele inseridos.

não de forma determinística, em que, inevitavelmente, a visão de mundo dos agentes pode ser inteiramente explicada pelo arranjo institucional em que ele se insere. Existe também uma relação de causalidade no sentido contrário, ou seja, dos indivíduos para as instituições, que faz com que instituições e indivíduos sejam mutuamente constitutivos.<sup>20</sup>

Os costumes de um grupo de pessoas acabam refletindo na ação coletiva e em suas convenções sociais. Algumas vezes, novas condutas são disposições inatas de indivíduos e em outros momentos advêm das condições sociais que orientam o comportamento. Um novo hábito pode se tornar uma regra normativa estabelecida por um grupo social. A estruturação de uma regra tem a capacidade de restringir a conduta de outros indivíduos, reforçando este hábito nas pessoas, formando-se uma instituição, um hábito reproduzido e durável, um acordo normativo na sociedade. Logo, as instituições são construídas pelos homens e por eles transformadas. Essa dupla causalidade<sup>21</sup> é o que movimenta as mudanças institucionais e as motivações humanas, levando a trajetórias incertas.<sup>22</sup>

A coexistência dessas três características faz com que a EPI tenha uma perspectiva culturalista das instituições, que, de acordo com Chang e Evans (2000) é uma visão

---

<sup>20</sup> Chang e Evans (2000) apontam para o risco de, ao entender a relação entre instituições e indivíduos como um processo de dupla causalidade, imaginar que se trata de um sistema homeostático autorreforçado, gerando como resultado um equilíbrio. Não é dessa forma que o sistema evolui, pois há o papel das ideias na visão de mundo dos agentes, o que leva ao conceito de agência humana, em que decisões deliberadas alteram as instituições, e, conseqüentemente, a cadeia de causalidade entre estas e os indivíduos.

<sup>21</sup> A ideia de dupla causação tem origem em Veblen (1952, p. 242- 243): “*not only is the individual’s conduct hedged about and directed by his habitual relations to his fellows in the group, but these relations, being of an institutional character, vary as the institutional scheme varies*”. (“Não só é a conduta do indivíduo formada e dirigida por suas relações habituais de seus companheiros de grupo, mas essas relações, sendo de um quadro institucional, variam conforme o esquema institucional varia” – tradução nossa). Hodgson (1998, 2002) sistematiza e aprofunda tais determinações no conceito de *reconstitutive downward effects*, no qual os indivíduos alteram instituições e as instituições moldam o comportamento dos agentes, mudam seus hábitos e restringem suas condutas.

<sup>22</sup> Essa concepção de uma “trajetória incerta” se aproxima da visão de Veblen acerca da história como um processo “absurdista” caracterizado por uma trajetória cega (*blind-drift*), conforme explicado em Conceição (2002), ao contrário de uma concepção teleológica, como seria supostamente a de Marx. Para uma crítica do reducionismo vebleniano na apreciação de Marx, ver Avila (2013). A concepção marxiana combina determinações histórico-estruturais e práxis transformadora dos indivíduos sociais.

[..] em que mudanças institucionais dependem de uma combinação de projetos baseados em interesse e projetos ideológico-culturais (em que a visão de mundo pode moldar também os interesses e *vice versa*). De forma mais simples, mudar as instituições requer mudar as visões de mundo que inevitavelmente estão na base dos arranjos institucionais. (Chang e Evans, 2000, p. 5, tradução nossa)

Portanto, a EPI abre espaço para o papel da cultura, das ideias e da ideologia, não entendidas aqui como uma forma de manipulação da verdade utilizada pelas classes dominantes para doutrinar as classes oprimidas, como em algumas concepções de origem marxista<sup>23</sup>, mas sim como a própria visão de mundo de cada agente social, individual ou coletivo. Essa perspectiva enfatiza também o que Chang chama de agência humana<sup>24</sup> (Chang, 2002, 2007a, 2007b, 2011; Chang; Evans, 2000), que é o comportamento humano deliberado com alguma finalidade, de acordo com uma visão de mundo composta por ideias. Esse comportamento pode estar de acordo, ou não, com os interesses econômicos “objetivos” dos agentes, ou seja, aquilo que necessariamente colocá-los-ia em uma melhor posição material. Assim, eles podem até mesmo agir de modo contrário aos seus interesses materiais, em prol de alguma ideia ou concepção que esteja de acordo com as suas visões

---

<sup>23</sup> Embora a “manipulação cultural” seja sempre uma possibilidade.

<sup>24</sup> Essa noção encontra raízes em Veblen e proximidades com aspectos presentes em Marx. Para Veblen: “como outros animais, o homem é um agente que atua em resposta a estímulos produzidos pelo ambiente em que vive. Como outras espécies, ele é uma criatura de hábitos e propensões. Entretanto, em grau mais elevado que as outras espécies, o homem medita sobre o conteúdo dos hábitos que o guiam, e avalia a tendência desses hábitos e propensões. Ele é notavelmente um agente inteligente. Por necessidade seletiva, ele é dotado com uma inclinação para as ações intencionais. (Veblen, 1964, p. 80, *apud* Monastério, 2005, p. 5-6)”. Ideia análoga é expressa pelo conceito de *práxis* e está presente em Marx: “os indivíduos sempre partiram de si mesmos, naturalmente não do indivíduo ‘puro’, no sentido dos ideólogos, mas sim deles mesmos, dentro de suas condições e de suas relações históricas. Mas fica evidente no curso do desenvolvimento histórico [...] que há uma diferença entre a vida de cada indivíduo, na medida em que ela é pessoal [...]”. (Marx; Engels, 2001, p.94-95). Além da intencionalidade pessoal, o homem, para Marx, faz a história: [...] A história não faz nada, ela ‘não possui uma enorme riqueza’, ela ‘não trava combates!’ Ao contrário, é o homem, o homem real e vivo que faz tudo isso [...]” (Marx, 1987, p. 93, grifos no original).



de mundo.<sup>25</sup> Nesse sentido, são comuns comportamentos que envolvam uma noção de grupos, como classes e nacionalidades, que tenham algum fim embasado ideologicamente ou que levem em consideração juízos morais sobre quais atitudes são aceitáveis ou não socialmente.

De uma forma mais simples, pode-se dizer que a EPI entende que tanto o ambiente no qual o indivíduo se insere quanto as diferentes experiências pelas quais ele passa formam um “modelo mental” permeado por diferentes valores e ideias que irão determinar a sua conduta<sup>26</sup> (Chang; Evans, 2000). Nesse sentido, a partir do papel constitutivo das instituições, o ambiente institucional é relevante para a composição da visão de mundo dos agentes. Ao mesmo tempo, as diferentes ideias dos indivíduos dão margem à agência humana, em que as escolhas por eles feitas, deliberadas e baseadas em ideias, alteram as instituições ao longo do tempo. Portanto, a visão culturalista da EPI ressalta o papel da estrutura na formação do indivíduo, mas também dá margem para que ele tome diferentes trajetórias em suas escolhas, que podem levar a alterações nas instituições. Basicamente, a ideia exposta aqui, parafraseando Marx, é de que são os homens que fazem as instituições, mas não no contexto institucional de sua própria escolha.

### 3. O processo de mudança institucional

Estabelecidas as principais definições nas quais a EPI se baseia, o próximo passo é, aplicando as relações anteriormente explicadas, entender o que leva à formação e às mudanças das instituições. De acordo com Chang e Evans (2000), existem duas formas principais de explicar esses fenômenos: a partir da ênfase na eficiência ou da ênfase nos interesses. A EPI apresenta, utilizando sua visão culturalista, essas duas formas de interpretação da formação e das mudanças institucionais.

---

<sup>25</sup> Um dos principais exemplos apontados por Chang e Evans (2000) é o caso do *Economic Planning Board*, o conselho de planejamento econômico do Estado coreano. Com a ascensão de ideias neoliberais acerca da ineficiência da intervenção direta do Estado na economia e da burocracia pública, os conselheiros tomaram a decisão de fechar o conselho, suprimindo os seus próprios poderes em favor de uma concepção ideológica.

<sup>26</sup> A ideia de “modelo mental” formado pelo indivíduo para entender a realidade é uma contribuição da psicologia cognitiva, ligada às ideias de racionalidade limitada de Simon (1959, 1986).



A primeira explicação é a baseada na eficiência com o reconhecimento do importante papel que a cultura apresenta. Nessa forma de interpretar mudanças institucionais, as visões de mundo dos agentes importam, pois a noção de eficiência que os agentes apresentam é subjetiva e proveniente de uma racionalidade limitada. As instituições, nesse caso, tornam o mundo mais inteligível para os agentes ao restringirem as opções de comportamento e manterem a sua escassa atenção em uma menor gama de possibilidades. Isso é essencial, pois o mundo é dotado de alta complexidade, e a racionalidade humana é limitada.<sup>27</sup> A racionalidade limitada, incapacitando o agente de obter e utilizar todas as informações disponíveis no ambiente, faz com que ele atue através de um “modelo mental” que reflete, adequadamente ou não, o mundo real. Dependendo da visão de mundo adotada, portanto, uma instituição pode parecer boa ou ruim, no sentido da eficiência. Assim, certas instituições podem ser preferidas sobre outras simplesmente por se encaixarem na visão de mundo de determinados agentes. A visão de mundo do indivíduo leva-o a legitimar certas instituições e a contestar outras. Dessa forma, a noção de eficiência, conforme a EPI, tem uma dimensão subjetiva, pois os critérios de escolha das instituições são feitos baseando-se no modelo mental percebido pelo agente, e não em termos objetivos (Chang; Evans, 2000). Assim, eficiência depende essencialmente do critério de avaliação do agente, ou seja, daquilo que ele considera eficiente, e se trata sempre de um processo dotado de um alto grau de subjetividade.

Ainda em relação à visão da criação e mudança institucional a partir da eficiência, é necessário ressaltar que existe *path-dependence* na trajetória do ambiente institucional. Assim, as escolhas realizadas no passado, de forma subjetiva, determinam as possibilidades no futuro. Mudanças tecnológicas e institucionais do passado podem restringir a possibilidade de que as instituições atualmente existentes tenham total flexibilidade de

---

<sup>27</sup> Na concepção de Simon (1959, p. 272) sobre a racionalidade limitada, quando a cognição e a percepção são elementos considerados, é necessário reconhecer que as alternativas para o processo de escolha dos agentes não estão dadas, devendo ser descobertas, e que há um trabalho árduo em considerar quais serão as consequências atribuídas a cada alternativa. Além disso, o mundo percebido pelo agente é distinto do mundo real, e essas diferenças envolvem omissões e distorções. Elas aparecem tanto na percepção do significado das informações disponíveis para o agente, quanto na inferência em relação aos resultados de cada escolha.

mudança, pois evoluem em uma trajetória restrita pelas escolhas do passado. Além disso, a partir do papel constitutivo das instituições, há um processo de formação endógena das preferências dos agentes, em que as instituições incorporam determinados valores e as pessoas que se relacionam com essas instituições, com o tempo, passam a internalizá-los. Esses elementos da abordagem baseada na eficiência com o reconhecimento do papel da cultura rejeitam, portanto, a possibilidade de que as instituições existentes sejam as instituições mais eficientes possíveis (ótimas) por algum critério “objetivo”, devido tanto à noção de uma trajetória dependente na evolução das instituições (*path-dependence*), quanto ao fato de que as escolhas acerca de quais são as instituições mais eficientes serem de caráter subjetivo, baseadas em um modelo mental que não necessariamente representa bem a realidade (Chang; Evans, 2000).

A segunda explicação das mudanças institucionais é baseada no interesse. Nessa visão, assume-se que os interesses de certos grupos moldam as instituições. No entanto, eles não são dados exogenamente, mas estruturados pelas instituições políticas e sociais e legitimados pela cultura. A EPI, nesse caso, aponta novamente para a importância das instituições com seu papel constitutivo da visão dos agentes, através das ideias, e também constitutivo das relações de poder através dos arranjos políticos e sociais. Nesse sentido, mudanças institucionais são simultaneamente transformações simbólicas e materiais do mundo que envolvem não só mudanças na estrutura de poder e interesses, como na própria definição de poder e interesse (Chang; Evans, 2000).

Este pensamento é confluyente com a visão de Marx e Engels, claros ao afirmar que a classe dominante é capaz de produzir e difundir pensamentos.

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e consequentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época; suas ideias são, portanto, as ideias dominantes de sua época. (Marx; Engels, 2001, p. 48-49).

Marx vê a dominação estrutural do capital sobre os indivíduos assentada sobre bases materiais, que se desdobra sociologicamente no poder da classe dominante, a qual elabora uma visão de mundo plenamente legitimadora da ordem econômica e social estabelecida. Essa ideia está plenamente de acordo com a noção de que os interesses podem moldar as instituições. A figura do capitalista move o sistema, dá forma às relações materiais e aos ideais que as sustentam através de instituições que, a partir do seu papel constitutivo, podem formar nos demais agentes uma visão de mundo que entende como legítima a dominação do capital e como naturais as formas sociais existentes.

Como as pessoas internalizam valores a partir do papel constitutivo das instituições, há a possibilidade de “manipulação cultural” por parte de indivíduos, grupos ou organizações tanto para legitimar como para contestar as estruturas de poder sustentadas por instituições políticas e sociais.<sup>28</sup> Isso significa que, para alterar as instituições, pode ser necessário alterar a visão de mundo dos agentes envolvidos a partir de ideias. Nesses termos, a importância da agência humana, que é a ação deliberada com um propósito definido, é maior nessa explicação, pois os agentes acabam por desenvolver discursos para justificar a sua visão de mundo particular. (Chang; Evans, 2000).

Basicamente, a visão de mudanças institucionais a partir dos interesses mostra que, apesar da existência de interesses econômicos “objetivos”, há interesses que surgem (e se estruturam) a partir das instituições políticas e sociais, que não estão necessariamente relacionados a uma melhoria na situação material “objetiva” do agente. A cultura, ao influenciar as visões de mundo, pode ser manipulada de forma a favorecer ou contrariar tal estrutura. Assim, o posicionamento dos indivíduos em relação às instituições, no sentido de legitimar ou contestar, torna-se um elemento importante para a mudança das mesmas, o que confirma a maior importância da agência humana nessa explicação.

---

<sup>28</sup> O exemplo da classe capitalista dado por Marx é uma forma de “manipulação cultural” no sentido de legitimar uma ordem social, mas esse processo pode acontecer igualmente com o objetivo de contestar determinadas instituições, por diferentes estratos da sociedade. Assim, não se trata de um fenômeno exclusivo da classe capitalista dominante, mas possível para qualquer grupo social.

Essas duas explicações, baseadas na eficiência e nos interesses, coexistem na EPI, sendo as duas causas possíveis da mudança institucional. De uma forma geral, pode-se dizer que “mudanças institucionais são um processo altamente complexo, envolvendo interações multidirecionais e por vezes sutis entre forças econômicas ‘objetivas’, ideias, interesses e as próprias instituições existentes.”<sup>29</sup> Ao analisarem a queda do Estado Desenvolvimentista coreano, Chang e Evans (2000) fazem os seguintes apontamentos gerais sobre esses elementos que estão envolvidos no processo de mudanças institucionais.

Em primeiro lugar, os fatores econômicos “objetivos” são importantes, mas não são capazes de explicar inteiramente os processos de mudanças institucionais, como já apontado pela EPI. Para se entender as mudanças institucionais, é necessário também olhar para as batalhas ideológicas e para as mudanças no posicionamento político dos grupos de interesse. Em segundo lugar, é importante ressaltar o papel das ideias, que não são nem o resultado direto da infraestrutura material da sociedade, como em certas concepções marxistas, nem puramente veículos utilizados por grupos de interesse para avançar em suas posições, como na economia política neoclássica, mas características intrínsecas dos agentes<sup>30</sup>. As ideias que elaboram e adotam acabam por legitimar ou contestar as instituições existentes quando incorporadas na sua visão de mundo. Em terceiro lugar, ideias não são um fator único e independente, pois estão relacionadas aos interesses, através de grupos que se identificam com a ideia, e às instituições, através do papel constitutivo das mesmas. Por último, também importa a agência humana nas escolhas determinantes das mudanças institucionais, pois o elemento da escolha ativa e deliberada de atores-chave, muitas vezes contrarian-

---

<sup>29</sup> “[...] *institutional change is a highly complex process, involving multi-directional and often subtle interactions between “objective” economic forces, ideas, interests, and existing institutions themselves.*” (Chang; Evans, 2000, p. 34, tradução nossa).

<sup>30</sup> Nas concepções marxistas apontadas, um materialismo raso indica que as relações de produção determinam os interesses das diferentes classes. Na economia política neoclássica, os indivíduos perseguem unicamente os seus interesses, que são os interesses econômicos objetivos e que são considerados exógenos. Em nenhuma das duas concepções, há espaço para as ideias e para o comportamento deliberado e intencional expresso pela noção de agência humana.

do a ordem econômica “objetiva”, é essencial para entender o processo (Chang; Evans, 2000). Por esses motivos, a abordagem da mudança institucional na EPI pode ser considerada de caráter neogramsciano.<sup>31</sup>

Por ser um tema complexo, envolvendo os diferentes e variados elementos já citados, as mudanças institucionais envolvem muitas controvérsias. A EPI mostra que existem duas concepções em relação a essa questão que apontam para casos extremos e que não estão de acordo com seu marco teórico, até aqui apresentado. Assim, a EPI critica a primeira concepção de que as instituições são perfeitamente maleáveis, sendo apenas preciso vontade política para realizar mudanças. Critica também a segunda concepção de que as instituições têm raízes nas tradições de determinado povo, que estas tradições são instituições informais imutáveis, não havendo, portanto, possibilidade de realizar qualquer alteração no ambiente institucional por causa da raiz cultural do mesmo. A primeira concepção é conhecida como *voluntarismo*, e a segunda, como *fatalismo*. Ambas são refutadas pela EPI (Chang, 2011).

Quando se trata do voluntarismo, existem muitas razões para se acreditar que as instituições não podem ser alteradas simplesmente pela vontade dos agentes, de acordo com Chang (2011). Em primeiro lugar, partindo da existência do papel constitutivo das instituições, a trajetória criada pelas mudanças é de *path-dependence*, em que as instituições atuais são uma mistura das escolhas deliberadas feitas pelos agentes do passado e das instituições que existiam anteriormente a estes agentes e que os formaram pelo menos parcialmente. Essa trajetória delimita as escolhas no futuro, seja pelo legado por ela deixado, seja pela necessidade de legitimidade das novas instituições a serem criadas, que precisam de aceitação pela visão de mundo dos agentes e precisam estar em relativa consonância com o ambiente institucional existente, incluindo instituições formais e informais. As restrições criadas pela trajetória passada acabam por limitar a mudança institucional.

---

<sup>31</sup> [...] we would argue for what we call a more “culturalist” (or perhaps Gramscian) perspective in which institutional change depends on a combination of interest-based and cultural/ideological projects (in which worldview may shape interests as well as vice-versa). Simply put, changing institutions requires changing the worldviews that inevitably underlie institutional frames. (Chang; Evans, 2000, p. 5).

Em segundo lugar, as instituições formais são criadas para serem estáveis. Instituições instáveis, que se desfazem quando minimamente contestadas pela visão de mundo de algum agente, apresentam pouca ou nenhuma utilidade. O grau de dificuldade que uma instituição apresenta para ser alterada depende, normalmente, da sua importância.<sup>32</sup> Isso significa que as instituições apresentam mecanismos contra a mudança.

Em terceiro lugar, como toda instituição está inserida em um ambiente institucional e se relaciona com outras instituições, há, por vezes, a necessidade de mudanças simultâneas. Muitas vezes, elas são necessárias para que a mudança institucional traga benefícios suficientes. A menos que as instituições de suporte estejam corretamente estabelecidas, operando em consonância com a mudança institucional que se pretende empreender, a mudança pode não ter os efeitos esperados.

Em relação ao fatalismo, Chang (2007b, 2011) destaca que as instituições informais, que são os costumes e valores de uma sociedade, não explicam diretamente as instituições formais. A cultura (no sentido de tradições culturais), na visão fatalista, é considerada um elemento imutável que, juntamente com o clima, são responsáveis por formatos institucionais que levam a certos resultados econômicos.<sup>33</sup> O problema desta visão está, em primeiro lugar, na ideia de que há culturas boas para o desenvolvimento e culturas ruins. Na verdade, há elementos em cada tradição cultural, seja ela qual for, que podem ser utilizados para apontar tanto características negativas para o desenvolvimento econômico como características positivas.<sup>34</sup> Portanto, não se pode atribuir à tradição de uma sociedade o resultado econômico por ela obtido. Ex-

---

<sup>32</sup> Um exemplo típico é a maior dificuldade de aprovação de emendas constitucionais em relação à aprovação de projetos de Lei mais simples (Chang, 2011).

<sup>33</sup> Exemplos são as ideias de que o clima temperado nos Estados Unidos levou à formação de pequenas propriedades, aumentando a demanda por instituições democráticas e por educação, enquanto o clima tropical de outros países, principalmente da América Latina, levou à formação de latifúndios, tendo efeito oposto (Chang, 2007b).

<sup>34</sup> Um exemplo usado por Chang (2007b) é do Confucionismo. Se olharmos para a ênfase dada à educação, ao “mandato celestial” e à frugalidade, nossa avaliação será de que é uma boa cultura para o desenvolvimento econômico. Se olharmos para a natureza hierárquica, a inclinação para a burocracia e o desprezo por artesãos e mercadores, essa é uma cultura ruim para o desenvolvimento. Portanto, não há forma correta de classificar a cultura de uma sociedade.

plicações desse tipo só podem ser aplicadas *ex post*, no caso em que a sociedade já tenha obtido sucesso ou fracasso, sendo a cultura utilizada como justificativa (Chang, 2007b).

Em segundo lugar, há mais de uma tradição nas instituições de determinado país, pois os costumes, ou seja, as instituições informais, não são imutáveis no longo prazo.<sup>35</sup> Com o desenvolvimento econômico, as instituições tendem a se alterar, inclusive as instituições informais, e, se a cultura e as tradições se alteram, o determinismo cultural/institucional do fatalismo deixa de ser válido. Portanto, apesar de bastante estáveis no curto prazo, as tradições não o são ao longo do tempo.

Por fim, a existência de espaço para diferentes culturas e costumes em uma sociedade abre espaço para a agência humana, a partir do papel constitutivo das instituições e da internalização de ideias na visão de mundo dos agentes. Portanto, o que se mostra é que as instituições não são nem perfeitamente maleáveis, como afirma o voluntarismo, nem completamente rígidas de acordo com tradições e costumes enraizados nas instituições, como no fatalismo. Na verdade, elas mudam ao longo do tempo, em um processo complexo, como já explicado, envolvendo as ideias, os interesses e as próprias instituições existentes, e devem apresentar legitimação pela sociedade, ou seja, devem expressar de algum modo a visão de mundo dos agentes e estar em consonância com as instituições formais e informais presentes no ambiente institucional.

Para entender ainda mais como o processo de mudanças institucionais pode ocorrer, Chang (2007b) faz a distinção entre imitação, adaptação e inovação institucional. Partindo da noção de que as instituições podem ser consideradas “tecnologias de arranjos sociais”, a analogia com o processo de *catching up* tecnológico para os países em desenvolvimento é válida e pode esclarecer elementos importantes das mudanças institucionais. Basicamente, o que se aponta aqui é que países

---

<sup>35</sup> Os dois principais exemplos são a França, que apresenta uma tradição dirigista da economia, mas que foi altamente liberal entre a queda de Napoleão e a Segunda Guerra, e as descrições como preguiçosos e irracionais dadas por habitantes de países avançados aos alemães e japoneses antes destes atingirem alto grau de industrialização (Chang, 2011). O primeiro exemplo mostra que pode existir mais de uma tradição na mesma sociedade, enquanto o segundo mostra que o desenvolvimento pode ser responsável pela mudança na cultura e, por consequência, nos estereótipos.



em desenvolvimento têm a vantagem de poder aproveitar instituições e formatos institucionais já produzidos pelos países desenvolvidos sem arcar com o custo de produzi-los. No entanto, apesar dessa vantagem, a EPI destaca a importância dos elementos tácitos de um ambiente institucional para que a mudança alcance bons resultados: a inter-relação entre a instituição criada, com seu formato específico, e as instituições ditas de suporte, sendo estas formais ou informais.

Quando se trata da imitação institucional, o que se percebe é que países em menor grau de desenvolvimento podem imitar instituições que foram criadas nos países mais desenvolvidos pagando um “preço” mais baixo (Chang, 2007b). Um exemplo é o do Banco Central, que foi criado após uma série de crises financeiras nos países desenvolvidos e hoje é utilizado de forma disseminada por países em desenvolvimento. Hoje as condições materiais que os países em desenvolvimento desfrutam estão relacionadas à criação dessas instituições<sup>36</sup>. No entanto, é importante destacar que a imitação institucional raramente é suficiente para garantir o desenvolvimento econômico de uma nação. Isso se dá porque os resultados da operação de uma instituição existente em um país não são os mesmos que os resultados da operação de uma instituição idêntica existente em outro, pois a relação com o ambiente institucional é um elemento-chave. Como já foi discutido, não há relação direta entre a forma da instituição e o seu impacto econômico e social.

Portanto, ao invés de se buscar a imitação, a adaptação institucional é uma alternativa. Algum grau de adaptação às condições locais torna-se necessário para superar os problemas de interação com o ambiente, incluindo as instituições informais de suporte. Um exemplo é o Japão, que, na segunda metade do século XIX, buscou, no mundo ocidental, instituições que pudessem levar à industrialização do país, implementando as que mais se encaixassem nas condições locais e alterando as que não estivessem de acordo com essas mesmas condições (Chang, 2007b).

No entanto, ainda analisando o caso japonês, percebe-se, também, que há uma gama de instituições que são únicas deste país, o que pode ser caracterizado como inovações institucionais. As inovações são res-

---

<sup>36</sup> Outros exemplos são o sufrágio universal, as leis de falência, a burocracia profissional, as regulações e as leis trabalhistas (Chang, 2007b).



ponsáveis pelo sucesso econômico de muitos países, com exemplos como Estados Unidos, Alemanha e os países nórdicos (Chang, 2007b). Cabe ressaltar que a inovação institucional, por ser criada no próprio ambiente institucional com o qual ela se relaciona, ou seja, com a cultura e com as demais instituições já existentes, provavelmente não sofrerá de problemas de incompatibilidade e, por isso, pode levar a bons resultados. Isso não significa, é claro, que qualquer instituição criada localmente apresente vantagens sobre instituições importadas ou adaptadas. O resultado gerado pela instituição é sempre produto de uma interação complexa.

Portanto, é necessário entender como se dá o processo de imitação, adaptação e inovação institucional, que tem grande importância para países em desenvolvimento, e qual a relação que se forma com o ambiente institucional já existente. Cabe lembrar ainda dois aspectos. Em primeiro lugar, dado o papel constitutivo das instituições, uma instituição imitada ou adaptada pode, com o tempo, levar a mudanças na cultura dos agentes que com ela interagem, alterando as suas visões de mundo. Em segundo lugar, deve-se lembrar que, como visto anteriormente, essas imitações, adaptações ou inovações devem ser legitimadas pela visão de mundo dos agentes. A mudança institucional, portanto, não é um processo simples em que as instituições são perfeitamente maleáveis, e nem um processo impossível em que as instituições são imutáveis, mas um processo que depende da legitimidade da mudança perante os agentes.

Como último ponto a ser tratado sobre as causas e as formas das mudanças institucionais, há o que se pode chamar de consequências não intencionais e “perversões” institucionais. Estudando o caso da OMC, Chang e Evans (2000) identificam as consequências da criação desta instituição, apontando principalmente para as consequências inesperadas, para a forma como a instituição alterou a estratégia dos grupos de interesse e como surgiram interesses posteriormente à criação da instituição. Além disso, Chang (2011) mostra como as instituições podem sofrer de “perversão” institucional, que é quando atores escolhem usá-las para propósitos distintos dos originalmente intencionados. Essas consequências não intencionais ou “perversões” institucionais podem ser boas ou ruins, dependendo dos resultados a que levam (e também da visão de mundo de quem avalia tais resultados).

Quando ocorre uma mudança institucional, aqueles que a planejaram e promoveram não necessariamente têm certeza de quais as consequên-

cias que dela podem decorrer. Assumindo a racionalidade limitada (Simon, 1959, 1986; Chang; Evans, 2000), há uma série de informações que os responsáveis pela mudança não obtêm, além de ser difícil associar as escolhas a seus respectivos resultados. Portanto, é comum que haja consequências que não tenham sido previstas, passando despercebidas.

No entanto, quando há a mudança institucional, a forma dessa instituição ou o seu impacto na atividade econômica pode levar a mudanças nas estratégias e nos interesses dos agentes. A nova instituição pode mudar o ambiente e as relações institucionais, de modo que grupos, por consequência, alterem as suas estratégias na obtenção de seus objetivos. No caso da OMC, por exemplo, a simples criação da instituição foi responsável por torná-la alvo de grupos de interesse, que passaram a focar nela a sua energia política, redefinindo agendas e mudando suas visões de mundo (Chang; Evans, 2000). Além disso, a nova instituição, através de seu papel constitutivo, pode alterar os interesses dos agentes e inclusive criar novos interesses, inexistentes anteriormente. Com a OMC, muitos grupos redefinem o foco de suas ações para o nível global, devido à existência de uma instituição de governança nesse nível. Há a busca de apoio em outros países nas pautas desses grupos. Além disso, surgem interesses justamente pela criação da instituição, como os de grupos que contestam as medidas por ela adotadas (Chang; Evans, 2000).

A “perversão” institucional, por sua vez, caracteriza a utilização de uma instituição de forma diferente do propósito inicial com que ela foi criada (Chang, 2011, p. 11). Essa perversão não é necessariamente um aspecto ruim e apresenta, na verdade, um modelo distinto de mudança institucional, pois representa uma mudança da atuação da instituição sem que ela tenha que mudar a sua forma. Esse tipo de mudança só se explica através do conceito de agência humana, em que as escolhas dos agentes respondem à visão de mundo que os mesmos criam. A partir de determinadas ideias, esses agentes podem, de forma deliberada e intencional, alterar a atuação de uma instituição sem alterar a sua forma. Assim, pode-se dizer que, a partir da agência humana, uma instituição pode alterar as funções que cumpre sem mudar o seu formato, o que caracteriza um processo de “perversão institucional” se a nova função exercida não corresponde àquelas que motivaram sua criação.

A existência desse processo também implica que as instituições não necessariamente necessitam de uma origem considerada “correta” para atua-

rem de forma a favorecer o desenvolvimento econômico. Exemplos são os sistemas eficientes de taxaço criados na Grã-Bretanha e na África do Sul, sendo o primeiro motivado pela expansão imperialista e pela repressão das classes mais baixas em nome da proteção à propriedade privada<sup>37</sup> e o segundo criado a partir do regime de *apartheid*<sup>38</sup>. A “perversão institucional” mostra que, apesar disso, essas instituições podem ser utilizadas de maneira a favorecer o desenvolvimento econômico, cumprindo funções distintas daquelas para cujo cumprimento foram feitas inicialmente.

Estão colocados aqui os principais elementos apontados pela EPI como causadores das mudanças institucionais e as principais relações que se estabelecem nessas mudanças. Foram apresentadas duas abordagens para a explicação das mudanças institucionais: uma a partir da eficiência e outra a partir dos interesses. Ambas, ao final das contas, acabam por depender, devido à abordagem culturalista que empregamos, da agência humana e da visão de mundo dos agentes. Dependendo das ideias incorporadas nessas visões de mundo, os agentes legitimam ou contestam as instituições existentes.<sup>39</sup> Assim, buscou-se mostrar que as instituições não são nem perfeitamente maleáveis, como no voluntarismo, e nem imutáveis, como no fatalismo. A seguir, foram explicados os conceitos de imitação, adaptação e inovação institucional no contexto de países em desenvolvimento, enfatizando a importância da inter-relação entre novas instituições e o ambiente institucional, que deve conter as instituições de suporte, formais e informais, para a recém-criada. Por fim, foram abordadas as consequências não intencionais da mudança institucional e a “perversão” institucional. É excessivamente pretensioso assumir que esses tópicos esgotam o complexo tema da mudança institucional, mas já são capazes de prover uma base teórica para a compreensão de muitos fatos que envolvem os arranjos institucionais observados na realidade.

---

<sup>37</sup> Ver O'Brien (2007).

<sup>38</sup> Ver John (2007).

<sup>39</sup> Portanto, a esfera política é essencial para entender as mudanças institucionais, e sua análise a partir da EPI é coerente com uma abordagem de caráter neogramsciano (Chang; Evans, 2000).

#### 4. O mercado, o Estado e a política

A economia capitalista, para a EPI, é um sistema econômico composto de inúmeras instituições que apresentam diversas formas e funções. Como exemplos, existem as firmas como instituições de produção, os mercados como instituições de trocas, os Estados como instituições políticas dos interesses coletivos, os bancos como instituições financeiras, além de instituições que representam os interesses de produtores, como associações, que representam o interesse de trabalhadores, como os sindicatos, e que representam o interesse dos consumidores. Portanto, há inúmeras e diferentes instituições que se inter-relacionam e influenciam a dinâmica do processo de acumulação capitalista. Além disso, muitas das instituições aqui citadas, como as firmas, o mercado e o Estado, apesar de poderem ser consideradas uma única instituição cada uma, dotadas de uma unidade, são, na verdade, compostas por inúmeras outras instituições, como enfatizado pela EPI (Chang, 2004a).

Essa diversidade institucional, portanto, implica que diferentes formas de capitalismo podem existir entre as sociedades nacionais, favorecendo diferentes grupos e resolvendo os problemas de produção e de alocação de diferentes formas. No final das contas, a EPI ressalta que o sistema econômico capitalista não é apenas um sistema de mercado, pois essa não é a única instituição que regula as questões econômicas na sociedade. Na verdade, ele é dotado de uma variedade institucional que deve ser analisada no seu conjunto, para determinar se a sociedade está se desenvolvendo economicamente ou não. O mercado aparece, na EPI, como apenas mais uma das diversas instituições que são responsáveis pela alocação dos recursos, sendo também composto por diversas outras instituições.<sup>40</sup>

No entanto, a instituição mercado apresenta um papel crucial nas trocas nas sociedades capitalistas atuais, sendo a sua descrição um elemento importante. Pode-se observar que, de acordo com as instituições que estão na base de determinado mercado, o que Chang (2002, 2004a)

---

<sup>40</sup> Isso implica que problemas como de falha de mercado, que são apontados por outras correntes teóricas, não tem tanta importância na EPI, devido aos demais instrumentos de alocação existentes na economia capitalista. Para uma reflexão acerca da impossibilidade de se definir absolutamente as falhas de mercado, ver Chang (2002, 2004a).

chama de “estruturas de direitos e obrigações”, um mercado pode se apresentar de forma totalmente distinta de outro, fazendo com que os resultados gerados também sejam distintos.

Em relação à ascensão do mercado como forma de organização social, Chang (2002) coloca:

A grande verdade é que, no início *não* havia mercados. Os historiadores econômicos já nos mostraram reiteradamente que, a não ser no nível local (na satisfação de necessidades básicas) ou no nível internacional (no comércio de artigos de luxo), o mercado *não* era uma parte importante – e muito menos dominante – da vida econômica humana antes da ascensão do capitalismo. (Chang, 2002, p.112).

A partir da obra de Polanyi (1957), aponta-se para o fato de que o surgimento dos mercados, historicamente, sempre esteve ligado à atuação deliberada do Estado na formação dessa instituição em níveis nacionais, tese também sustentada por Marx, em sua análise da “acumulação primitiva” (Marx, 1984, cap. 24). Isso mostra que a intervenção estatal sempre foi decisiva para a formação de sistemas de mercado. Portanto, não há distinção alguma entre esta instituição e as demais, pois todas são produto da ação humana, muitas vezes criadas de forma deliberada. O mercado, na EPI, não é concebido como uma instituição natural, mas como produto das interações humanas, sendo alterada de acordo com a agência humana e com a visão de mundo dos agentes.<sup>41</sup> Portanto, é evidente que os mercados são todos politicamente construídos, seja na sua gênese, quando ações deliberadas dos atores são tomadas para a formação do

---

<sup>41</sup> A EPI nega a noção de “primazia do mercado” (Chang, 2002, 2004a) presente nas abordagens neoclássicas, da Nova Economia Institucional (NEI), e da Teoria da Escolha Pública (TEP), em que o mercado é entendido como uma instituição natural e todas as demais instituições são instituições criadas pelos homens, que criam rigidez no mercado ou atuam para compensar as suas falhas. Ao contrário, o mercado também é produto da ação humana através da política. De acordo com Chang (2002, p. 115), “tal pressuposto afeta profundamente o próprio modo como entendemos a natureza e o desenvolvimento do mercado, assim como sua inter-relação com o Estado e com outras instituições. Enquanto não abandonarmos essa suposição e não desenvolvermos uma teoria que trate o mercado, o Estado e as demais instituições em pé de igualdade, nossa compreensão do papel do Estado permanecerá gravemente incompleta e tendenciosa”.

mercado e definição de quem são os participantes, quais as formas de transação e quais mercadorias são transacionáveis, seja na manutenção e alteração desses aspectos ao longo do tempo. Dessa forma, a EPI assume que o mercado e a política estão inevitavelmente atrelados, o que implica que nenhum mercado pode ser livre da política (Chang, 2002).

Todo mercado apresenta instituições que lhe dão suporte, e elas são chamadas, na EPI de “estrutura de direitos e obrigações”. Elas são a regulação do mercado e conferem o regramento de seu funcionamento, sendo compostas por instituições formais e também informais. Há quatro tipos de instituição de suporte que a teoria aponta: em primeiro lugar, existem as instituições que regulam quem participa do mercado.<sup>42</sup> Em segundo lugar, há instituições que regulam o que se pode transacionar, ou seja, o que é objeto legítimo de transação.<sup>43</sup> Em terceiro lugar, há instituições que definem os direitos e obrigações de cada agente em cada área do mercado.<sup>44</sup> Por último, há as instituições que regulam o processo de troca em si.<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> Chang (2002, p. 121) apresenta como exemplo o fato de que “leis podem estipular que certos tipos de indivíduos (por exemplo, os escravos ou os estrangeiros) estão proibidos de ter propriedade. As leis bancárias ou de pensão podem limitar a quantidade de ativos possuídos pelos bancos ou fundos de pensão e, assim, restringir a quantidade de mercados de ativos em que eles estão autorizados a ingressar.” Além disso, destacam-se as normas dos sindicatos e das associações profissionais e também convenções sociais quanto à casta, ao gênero e à etnia.

<sup>43</sup> Chang (2002, p. 122) mostra que, em certos países, há proibição do comércio de drogas que causem dependência, publicações “indecentes”, órgãos humanos ou armas de fogo. Além disso, a legislação muitas vezes estipula que o trabalho escravo, o trabalho infantil e o trabalho de imigrantes ilegais não são objeto legítimo de transação.

<sup>44</sup> Chang (2002, p. 122) exemplifica estas instituições com leis de zoneamento e regulações ambientais, relativas à poluição e barulho, e de incêndio para que se exerçam os direitos de propriedade do solo. Além disso, há regras quanto à qualidade do produto ou quanto a procedimentos corretos na produção para que o mesmo seja transacionado em determinados mercados.

<sup>45</sup> Exemplos são “normas relativas à fraude, à violação dos contratos, à negligência, à falência e a outras perturbações do processo de troca e que contam com o apoio da polícia, do sistema judiciário e de outras instituições jurídicas. As leis do consumidor e da responsabilidade são outros exemplos de regras que estipulam quando e como os compradores de produtos insatisfatórios ou defeituosos podem anular o ato de aquisição e/ou exigir uma compensação dos vendedores” (Chang, 2002, p. 122).

Todas as instituições que fazem parte da “estrutura de direitos e obrigações” de um mercado estão sujeitas à legitimação ou contestação dos agentes, de acordo com a visão de mundo de cada um, que se forma através das ideias e do papel constitutivo das instituições. Por exemplo, o salário mínimo e as leis trabalhistas podem ser considerados direitos essenciais dos trabalhadores e, portanto, instituições legítimas e importantes para a sociedade, ou podem ser consideradas “barreiras no mercado de trabalho”, gerando ineficiência, sendo essas instituições contestadas.<sup>46</sup> Outro exemplo é a proibição do trabalho infantil, que, mesmo sendo considerada uma restrição de mercado, não é um tema legítimo de debate devido às noções de direitos humanos que fazem parte da visão de mundo dos agentes. A regulação ambiental é outro exemplo apontado por Chang (2002), em que é considerada por alguns uma intromissão nos negócios e nos interesses pessoais, enquanto para outros é essencial para a manutenção de um ambiente limpo e sustentável. Basicamente, os agentes legitimam ou contestam as instituições a partir das suas visões de mundo, e isso leva a embates políticos. Portanto, a política apresenta caráter central na EPI, e o mercado está inevitavelmente a ela atrelado.

A relação direta entre política ou mercado leva ao fato de que não há nenhum preço que seja livre da política (Chang, 2002, p. 117). Dois preços cruciais são os salários e as taxas de juros, que afetam todos os setores de uma forma ou outra. No caso dos salários, não é só a instituição do salário mínimo que os afeta, mas também as regulamentações das atividades sindicais, dos padrões de trabalho e dos direitos previdenciários. No caso das taxas de juros, mesmo quando há um banco central “politicamente independente”, há outras forças políticas que o influenciam, como, por exemplo, a estrutura da dívida pública ou a re-

---

<sup>46</sup> Chang (2002) aponta para o curioso e contraditório fato de que muitas vezes os que contestam altos padrões de instituições trabalhistas como sendo ineficiências de mercado não o fazem em relação a controles de imigração, que teriam o mesmo efeito. Essa atitude contraditória só é possível porque esses economistas aceitam que os cidadãos de determinado país tenham o direito de ditar os termos da participação de estrangeiros no mercado de trabalho nacional, enquanto rejeitam o direito desses mesmos cidadãos de contestarem o direito dos empregadores de oferecer o salário e as condições de trabalho que estes últimos acham justas. Isso aponta novamente para a visão de mundo como aspecto crucial do posicionamento político dos agentes perante as instituições.



lação entre soberania política e autonomia de política monetária, como se tem colocado na União Europeia (Chang, 2002).

O que se deriva dessas colocações é o fato de que qualquer mercado está permeado pelas relações políticas e a consideração das “estruturas de direitos e obrigações” aproxima a teoria que busca explicar o mercado a partir da EPI com a realidade, pois considera todos os elementos institucionais que dele fazem parte e as relações desses elementos com os agentes. O mercado, portanto, é produto político. Consequentemente, todos os preços e resultados econômicos gerados por ele são influenciados por questões políticas. Por estar permeado por essas relações, não há uma forma correta de determinar qual é o nível de atuação que o Estado pode ter sobre determinado mercado. Não se pode delimitar o espaço entre uma instituição e outra, pois tudo depende da legitimidade atribuída às “estruturas de direitos e obrigação”, que devem ser asseguradas pelo Estado.

O Estado, por sua vez, é outra instituição que é composta por diferentes instituições, com diferentes funções e formas dentro da esfera estatal e que estão inter-relacionadas. Na EPI, a ênfase quando o tema é o Estado está na complexidade das motivações humanas dentro da esfera pública. Essas motivações são multifacetadas, indo desde comportamentos baseados no autointeresse até comportamentos não egoístas, como baseados em grupos, em ideologias e em juízos de valor. A esfera pública é um ambiente de análise interessante, pois os indivíduos que nela se inserem muitas vezes apresentam comprometimento com valores não egoístas, como a reforma social, a lealdade partidária e o nacionalismo (Chang, 2002). Pelo papel constitutivo das instituições, os agentes da esfera pública também têm suas motivações moldadas pelo ambiente institucional no qual se inserem, enquanto as alteram através de suas ideias e visões de mundo. Muitos dos valores internalizados pelas instituições do Estado são valores de compromisso com questões públicas, que podem influenciar e moldar a motivação dos agentes (Chang, 2002).

Entre distintas sociedades, as diversas instituições informais podem levar os mesmos arranjos institucionais a diferentes resultados, e o mesmo vale para a esfera pública. De acordo com Chang (2002), as instituições envolvendo sanções e recompensas na esfera pública, concebidas para estabelecer incentivos ao indivíduo, levam à “atrofia da motivação intrínseca”, em que o comportamento dos agentes públicos é “moralmen-



te correto” por ser monitorado, mas a motivação para que se comportem dessa maneira é menor. Portanto, o padrão comportamental pode ser melhorado de forma mais eficiente através do enfoque nas motivações. Motivações distintas devido às instituições informais de uma sociedade explicam o porquê de sociedades com o mesmo arranjo institucional apresentarem resultados distintos quanto ao comportamento dos agentes públicos. Essas motivações podem ser alteradas de forma direta, através das ideias e da ideologia, ou de forma indireta a partir da mudança das instituições e do seu papel constitutivo na motivação dos agentes.

A grande questão é entender o fato de que as motivações dos agentes não são fatores exógenos, mas se formam de acordo com o ambiente institucional no qual atuam, principalmente em relação à cultura e as ideias que acabam por formar as suas visões de mundo. Com visões de mundo distintas, os agentes apresentam diferentes opiniões acerca das instituições sob as quais se encontram, legitimando a existência de algumas e contestando a de outras. Essas diferentes visões caracterizam os embates políticos que são essenciais na mudança institucional. Portanto, a política é central para a EPI, pois é a partir dessas diferentes visões de mundo, que legitimam ou contestam a atuação de cada instituição, que surge a agência humana, o comportamento deliberado e intencional que pode alterar a trajetória institucional de uma sociedade.

Portanto, a política, pela sua importância, merece ser analisada. Como já colocado, nenhum mercado está livre da política, pois é em bases políticas que se encontram as “estruturas de direitos e obrigações” que o sustentam. Da mesma forma, os limites da atuação do Estado no mercado dependem da legitimidade das ações por este tomadas, não havendo uma forma correta de delimitar até onde ele atua (Chang, 2002). Assim, as ideias de “despolitização do mercado” e de “excesso de intervenção estatal” têm pouco sentido na abordagem das instituições aqui construída.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Apesar da importância da política e a sua relação direta com o mercado, Chang (1999, 2002) ressalta que a politização excessiva das atividades econômicas pode ser indesejável devido aos elevados custos de transação associados à tomada de decisão e à possibilidade de abuso do poder estatal por parte de grupos poderosos. Portanto, enquanto se reconhece que os limites entre economia e política não são “naturais”, mas socialmente construídos, é necessário atentar para o risco de uma excessiva politização.

O papel constitutivo das instituições também atua sobre a política, ao influenciar as motivações dos agentes e os seus interesses, alterando as suas visões de mundo. Isso significa que as instituições formais e informais, com todas as suas características, influenciam a atuação política. Exemplos de instituições que apresentam essa influência são as regras eleitorais, regras regulando o comportamento de figuras públicas e regras na formação de agendas de votação em comitês parlamentares (Chang, 2002). Há três mecanismos envolvidos nesse processo constitutivo das instituições sobre a motivação dos agentes, de acordo com Chang (2002, p. 128). O primeiro é o fato das instituições influenciarem a própria percepção dos indivíduos quanto aos seus interesses. Sociedades onde os partidos apresentam maior ligação com determinados grupos, por exemplo, podem levar ao fato de que, na votação, agentes escolham votar conforme as “linhas de classe”. O segundo é a influência das instituições sobre aquilo que é alvo legítimo de ação política. Em sociedades em que o trabalho infantil não é considerado questão legítima de defesa política, os agentes, mesmo que se favorecessem materialmente do trabalho infantil, não cogitariam defender a sua utilização. Isso ocorreria não só pelo medo das sanções, mas principalmente pelo fato de que não se cogita que esse seja um elemento legítimo de disputa política. O terceiro mecanismo é a percepção de quais tipos de atuação política são legítimos. Se um tipo de atuação política é considerado “desagradável” ou “desnecessário” pela cultura de uma sociedade, os agentes tenderão a preteri-lo em relação a outras formas de atuação.

O papel constitutivo das instituições também é, portanto, fundamental para a própria estratégia de atuação política dos grupos. Na EPI, a centralidade da política se explica porque os agentes legitimam ou contestam as “estruturas de direitos e obrigações” que configuram os mercados. Dessa forma, influenciam os preços e os resultados econômicos obtidos. O Estado é responsável por lidar com essas mudanças nas “estruturas de direitos e obrigações”. Além disso, as instituições do Estado acabam por moldar as motivações da atuação dos agentes públicos.

Como último aspecto, a EPI aponta para a importância dos detalhes técnicos no processo de criação institucional. Embora nenhuma instituição esteja livre da política, já que as instituições são definidas de acordo com as “estruturas de direitos e obrigações”, isso não deve significar negligência dos elementos técnicos na criação da instituição

(Chang, 2007a). Em relação a esse ponto, a analogia feita por Chang (2007a) é a de uma família que chega ao consenso em relação a que tipo de casa quer construir em um terreno (política), mas não dispõe de bons arquitetos ou construtores (técnicos), podendo não conseguir construir uma boa casa que dure por bastante tempo.

## 5. A relação entre as instituições e o desenvolvimento econômico

A seguir, busca-se esclarecer a relação entre as instituições e o desenvolvimento econômico, no sentido de mudanças estruturais do processo produtivo, segundo os pressupostos da EPI. Esta relação, assim como a maioria das demais já expostas, em nada tem de simples, linear ou estática. Conforme Chang (2011), a relação é justamente o oposto disso. Além do mais, como fator complicador, existe uma dupla causalidade, ou seja, tanto o desenvolvimento econômico altera as instituições como as instituições alteram o desenvolvimento econômico. Isso significa dizer que, na verdade, esses dois elementos estão fortemente conectados, evoluindo conjuntamente e, portanto, apresentando trajetórias fortemente correlacionadas<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Marx já preconizava a relevância da estruturação material na determinação da totalidade social e da superestrutura “[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. [...] (Marx, 1982, p. 25)”. Em inúmeras passagens, Marx considera também a relação inversa, não de maneira linear, mas dialética. Nas relações entre base e superestrutura, há reciprocidade causal: “[...] a cada estágio são dados um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criados historicamente e transmitidos a cada geração por aquela que a precede, uma massa de forças produtivas, de capitais e de circunstâncias, que, por um lado, são bastante modificados pela nova geração, mas que, por outro lado, ditam a ela suas próprias condições de existência e lhe imprimem um determinado desenvolvimento [...] as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem circunstâncias.” (Marx; Engels, 2001, p. 35). Logo, as transformações nas relações materiais geram mudanças em outra esfera (cultural, jurídica, ideológica), assim como mudanças nas ideias afetam as relações materiais.

A primeira causalidade, e, segundo Chang (2011), a mais forte, é a que vai do desenvolvimento econômico, ou seja, da mudança estrutural, para as instituições. A acumulação de capital e o aumento da renda da população geram as condições para que ocorram mudanças institucionais. A evidência histórica aponta que, em primeiro lugar, os países se desenvolveram economicamente para depois adquirirem as instituições que possuem hoje.<sup>49</sup> Isso ocorre por três motivos (Chang, 2011). O primeiro é o aumento da demanda por instituições de maior qualidade, que apresentem maior transparência e *accountability*, por exemplo. O segundo é o fato de que a maior riqueza torna as instituições de melhor qualidade mais acessíveis, pois há custos de gestão e de recursos associados a melhores instituições. O terceiro motivo é a demanda por novas instituições dos novos agentes que surgem na sociedade a partir do desenvolvimento econômico. Exemplos são o desenvolvimento das instituições bancárias com a ascensão da classe capitalista no século XVIII e a criação do Estado de bem-estar social e as leis trabalhistas a partir do aumento do contingente populacional pertencente à classe trabalhadora. Com o desenvolvimento econômico, a diferenciação de classes leva a novas demandas, pressionando o processo de mudança institucional (Chang, 2011).

Cabe ressaltar que os processos de imitação e adaptação institucional dificultam a análise da relação entre o desenvolvimento econômico e as instituições. Como explicado anteriormente, estes instrumentos de mudança institucional são utilizados pelos países com menor grau de desenvolvimento para aproveitar a criação de instituições nos países mais desenvolvidos a um menor custo. Por isso, quando uma instituição é criada em um país desenvolvido, torna-se difícil diferenciar a origem das mudanças institucionais que ocorrem em países em desenvolvimento, pois podem ser causadas tanto pelo desenvolvimento econômico quanto pela imitação e adaptação (Chang, 2011).

A segunda relação causal é a que vai da mudança institucional para o desenvolvimento econômico. Ela apresenta três características espe-

---

<sup>49</sup> Em “Chutando a Escada” (Chang, 2004b), o capítulo 3 mostra justamente que as instituições existentes nos países atualmente desenvolvidos, quando estes iniciaram o processo de desenvolvimento, em nada eram parecidas com as suas instituições atuais. Isto leva a crer que, a partir da evidência histórica, a causalidade mais forte entre instituições e desenvolvimento é a que se inicia com o segundo.

cíficas que dificultam muito a proposição de relações gerais: complexidade, dinamismo e não linearidade (Chang, 2011). Essas três características são explicadas a seguir.

A relação entre instituições e desenvolvimento econômico pode ser considerada complexa, em primeiro lugar, porque não há uma forma de instituição que garanta qualquer resultado (Chang, 2011). Ele depende das suas inter-relações com o ambiente institucional, composto tanto pelas demais instituições formais de suporte, quanto pelas instituições informais. Assim, há razões para se acreditar que há mais de um formato eficiente de instituição que se encaixe no ambiente institucional. Um exemplo são os direitos de propriedade, que podem apresentar as mais variadas formas, sendo a sua eficiência dependente das instituições com que se relaciona.<sup>50</sup> Há casos, também, em que as instituições informais, a cultura da sociedade, impedem que o resultado de determinada instituição seja satisfatório.

Em segundo lugar, pode-se afirmar que a relação entre instituições e desenvolvimento econômico é complexa porque existe dificuldade em definir se uma instituição apresenta bons ou maus resultados. Um exemplo claro é o do próprio mercado. Um mercado oligopolizado, por exemplo, pode ser considerado como uma falha de mercado que gera ineficiências, ou como um mercado concorrencial em que empresas apresentam concorrência por inovação, gerando ganhos econômicos. Outro exemplo está na ideia da indústria infante, em que mercados protegidos apresentam maiores ganhos no longo prazo devido à capacidade de desenvolver uma indústria competitiva em âmbito internacional (Chang, 2002a, 2011). Portanto, a própria definição da melhor estrutura de mercado depende de uma concepção prévia sobre qual é o mercado ideal.

As relações entre as instituições e o desenvolvimento econômico podem ser consideradas dinâmicas, pois uma mesma instituição pode apresentar resultados divergentes ao longo do tempo (Chang, 2011). Uma instituição que favorece o desenvolvimento no curto prazo pode tornar-

---

<sup>50</sup> As formas de direitos de propriedade vão além dos formatos usualmente considerados (privados, estatais ou acesso aberto), existindo também direitos de propriedade comunal, em que há regras de utilização da propriedade, além de formas híbridas, como as cooperativas agrícolas. Além disso, há teoria e evidência para sustentar a superioridade de posses estatais ou comunais (Chang, 2011).

-se um fardo no longo prazo, sendo incapaz de lidar com as dificuldades de sistemas econômicos mais complexos. Um exemplo está na utilização de trabalho infantil. No curto prazo, firmas individuais poderiam se beneficiar da utilização de trabalho infantil, mas, no longo prazo, isso reduziria a qualidade da força de trabalho. Portanto, a regulação do trabalho infantil não é só um elemento contestado politicamente pelos agentes, mas também benéfico para as firmas no longo prazo.

As relações entre as instituições e o desenvolvimento econômico podem ser consideradas não lineares porque uma mesma instituição que apresenta bons resultados, quando aprofundada, ou seja, utilizada de forma mais intensa, não necessariamente apresentará melhores resultados (Chang, 2011). O efeito pode ser exatamente o oposto. Esse fenômeno é chamado por Chang (2007a) de “overdose institucional”. Um exemplo claro são as instituições de propriedade intelectual. Enquanto algum grau de proteção à propriedade intelectual pode fomentar a inovação, garantindo os rendimentos dos investimentos em pesquisa, uma proteção excessiva pode impossibilitar a difusão tecnológica e levar à estagnação, com a manutenção por um longo período do lucro extraordinário obtido no setor que realizou a inovação (Chang, 2011). Em último caso, a tecnologia criada pode se tornar obsoleta, porém ainda lucrativa.

Portanto, o que se observa a partir da análise dessa segunda linha de causalidade é que as relações das instituições com o desenvolvimento são complexas, dinâmicas e não lineares. Isso implica que uma mesma instituição, utilizada na mesma “dose”, porém em países diferentes, pode ser boa para uma sociedade e ruim para outra devido às inter-relações no ambiente institucional. Significa também que, em um mesmo país e na mesma “dose”, uma mesma instituição pode trazer resultados distintos ao longo do tempo, pois as instituições apresentam resultados dinâmicos. Além disso, em um mesmo país, uma instituição aplicada em maior ou menor dose pode ter resultados piores ou melhores, respectivamente, pois as instituições apresentam resultados de forma não linear (Chang, 2011). Basicamente, estas são as colocações teóricas da EPI que explicam o grau de complexidade existente na relação causal direta entre instituições e desenvolvimento econômico, levando a crer que a explicação do movimento conjunto desses elementos é mais forte pelo lado do desenvolvimento econômico do que pelo outro lado.

## 6. Metodologia de análise das instituições

Dadas as relações apresentadas entre o desenvolvimento econômico e as instituições, Chang (2011, 2004b) afirma que o melhor método para analisá-las é através da narrativa histórica, pois é necessário contextualizar o ambiente institucional qualitativamente e, ao mesmo tempo, certificar-se de que a experiência histórica não contradiga a teoria formulada. A especificação de mudanças qualitativas da estrutura institucional, que acontecem no decorrer da história, e das relações que se estabelecem entre as diferentes instituições só pode ser contemplada a partir dessa abordagem. Sobre a análise histórica, Chang afirma o seguinte:

Essa análise, quando feita adequadamente, não se restringe a compilar e catalogar os fatos históricos na esperança de que isso venha a gerar naturalmente um modelo. Pelo contrário, exige uma busca persistente de modelos históricos, a construção de teorias que os expliquem e a aplicação dessas teorias a problemas contemporâneos, ainda que sem deixar de levar em conta as circunstanciais alterações tecnológicas, institucionais e políticas. Tal abordagem, que é concreta e indutiva, contrasta muito com o atualmente prevalente enfoque neoclássico fundamentado em métodos abstratos e dedutivos. (Chang, 2004b, p. 18).

Por se tratar de um conjunto de instituições formais e informais, os arranjos institucionais apresentam alguns problemas quando se pretende utilizar métodos distintos do histórico, como, por exemplo, análises puramente quantitativas. Os três principais problemas levantados por Chang são o problema da mensuração, o problema da agregação e o problema da comparação.

O problema da mensuração consiste na dificuldade de se mensurar as instituições. Elas são qualitativamente diferentes umas das outras, inexistindo um denominador comum que possa ser usado para quantificá-las. Isso leva, inevitavelmente, a julgamentos subjetivos em relação à instituição, de acordo com a visão de mundo dos que a estão avaliando. Chang (2011, p. 12), tratando desse problema, afirma que

Pela sua própria natureza, a qualidade de uma instituição é muito difícil, se não impossível, de quantificar, ao contrá-



rio das muitas variáveis de 'políticas', como a taxa tarifária e a taxa de inflação. Então, qualidades institucionais são recorrentemente medidas por índices baseados em julgamentos qualitativos. (Chang, 2011, p. 12, tradução nossa)

Um exemplo são os índices formados a partir de questionários aplicados a empreendedores ou a acadêmicos especializados. Se a situação econômica é positiva e há otimismo, os empreendedores podem avaliar positivamente a estrutura institucional em que se encontram. No entanto, se a situação se torna ruim e a causa é atribuída às instituições, elas passam a ser avaliadas de forma negativa devido apenas à mudança de expectativa dos empresários (Chang, 2011, p. 12). Além disso, organizações responsáveis pela construção desses índices apresentam critérios sobre quais instituições são boas e quais são ruins *a priori* e que nem sempre (ou quase nunca) são consensuais, devido às diferentes visões de mundo dos agentes. Isso as leva a mensurarem de forma positiva aquelas que estão de acordo com seus critérios e de forma negativa as que não estão. Isso significa que os dados desse tipo são, normalmente, viesados na sua fonte, havendo sempre subjetividade envolvida no processo de avaliação qualitativa das instituições.

Ainda em relação ao problema de mensuração, as mesmas instituições são avaliadas por critérios que misturam formas e funções (Chang, 2011, p. 13). Como já visto, não se pode atribuir qualquer resultado a uma instituição garantindo uma forma institucional específica. Da mesma maneira, há várias funções importantes para o desenvolvimento econômico que uma mesma instituição pode cumprir. A mistura desses dois aspectos torna os índices menos confiáveis, pois não faz sentido misturar essas características distintas. Atribuir um julgamento qualitativo superior a uma determinada forma de uma instituição tem pouco sentido quando se toma como referência a discussão teórica da EPI, pois o resultado de uma instituição, seja qual for o seu formato institucional, depende sempre das inter-relações que se criam no ambiente institucional em que ela se insere. Analogamente, é necessário reconhecer que, em diferentes ambientes institucionais, uma função relevante pode ser exercida por distintas instituições, assim como uma mesma instituição pode exercer diferentes funções. Desse modo, sem compreender a lógica do ambiente institucional, avaliar qualitativamente uma instituição tem



pouco sentido. Outro argumento que sustenta o problema é o fato de muitas instituições serem, na verdade, composições conceituais, feitas de várias outras instituições concretas.<sup>51</sup> Assim, mensurar a qualidade institucional quantitativamente é um exercício infrutífero.

O problema da agregação está no fato de que, feita a mensuração (o que já é algo extremamente complexo), deve-se “somar” as diferentes instituições, que são qualitativamente diferentes e inseridas em ambientes distintos (Chang, 2011, p. 13). O índice resultante, ao juntar essas diferenças, torna-se um valor incapaz de exemplificar corretamente a situação institucional que se quer expressar. Além disso, somam-se valores atribuídos à forma de uma instituição com valores atribuídos a funções de outras. O resultado é um índice que agrega os problemas de mensuração observados anteriormente, cuja interpretação objetiva acerca da qualidade institucional é muito duvidosa.

O último problema, da comparação, é o de que, mesmo que seja feita uma mensuração razoável das instituições e que seja feita uma agregação dessas medidas em um único valor, esses índices não são comparáveis entre diferentes sociedades (Chang, 2011, p. 14), pois as relações que acontecem no ambiente institucional de um país são qualitativamente diferentes das que ocorrem em outro. Elas envolvem instituições informais, relacionadas à cultura, que tornam diferentes as dinâmicas institucionais entre as sociedades. Esse problema é colocado por Chang como o problema da amostra heterogênea, que é comum em estudos com dados em painel, comparando diferentes países. Para ele, caso se quisesse utilizar métodos quantitativos para analisar as instituições (apesar dos problemas apontados), seria mais correta a utilização de séries temporais para cada país (Chang, 2011). No entanto, os dados deveriam estar acompanhados de descrições históricas sobre as mudanças institucionais que ocorrem na sociedade em questão e os aspectos políticos essenciais para o entendimento dessas mudanças, contemplando os conceitos de agência humana e o papel constitutivo das instituições, juntamente com as ideias, na formação da visão de mundo dos agentes.

---

<sup>51</sup> Um exemplo dado por Chang (2011, p. 13) está no sistema de direito de propriedade, que é composto por leis da terra, leis de planejamento urbano, leis de contratos, leis de falência e leis de direitos de propriedade intelectual.

## 7. Conclusão: a EPI como base teórica para a análise do papel das instituições no desenvolvimento econômico

Os elementos descritos pela EPI para explicar as relações entre instituições, política e desenvolvimento econômico, explicados didaticamente neste ensaio, servem como uma boa base para a análise empírica. Esse marco teórico foi construído a partir das análises de Ha-Joon Chang acerca das instituições e tem como base um pensamento contemporâneo baseado na compatibilização da visão do “Velho Institucionalismo” de Thorstein Veblen e John Commons com a de outros autores de Economia Política, como Karl Marx e Joseph Schumpeter. Esse pensamento entende a evolução institucional como um processo histórico, contínuo e sujeito a mudanças, explicadas pela interação entre os agentes, as instituições e a estrutura econômica. Há a consideração das diferentes visões de mundo dos agentes, colocando a cultura e as ideias como variáveis cruciais para entender a dinâmica institucional. A sua capacidade de explicar as relações sistêmicas e complexas existentes entre o ambiente institucional e o desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva histórica torna-a uma teoria que se apresenta como alternativa consistente para a análise de sistemas socioeconômicos concretos.

Dessa forma, o que apresentamos neste ensaio foram as principais categorias teóricas a serem observadas na análise empírica de caráter indutivo com base na EPI, assim como as principais relações lógicas postuladas por essa abordagem. Destacam-se as diferenças entre instituições formais e informais, entre forma e função das instituições, e entre as características essenciais das instituições, que são o papel restritivo, o papel possibilitador e o papel constitutivo que exercem. Este último define uma abordagem verdadeiramente institucionalista, em que as instituições são responsáveis por moldar a visão de mundo dos agentes, internalizando valores e crenças em suas visões de mundo (“modelos mentais”). O papel da agência humana, ou seja, a ação deliberada de um agente com um propósito definido, também é considerado um elemento-chave, como forma de explicitar que é a sociedade que constrói as instituições, podendo essa construção tomar trajetórias não óbvias, distintas de interesses materiais “objetivos”, ou daquelas derivadas diretamente das contradições da estrutura econômica. Nesse contexto, o papel da cultura e das ideias é essencial.

A discussão acerca das mudanças institucionais leva em consideração, na EPI, as motivações de eficiência e dos interesses, além da dicotomia entre legitimidade e contestabilidade das instituições a partir de diferentes visões de mundo, colocando a ideologia como uma variável crucial para entender o processo político e, conseqüentemente, econômico. Essas considerações levam ao fato de que o mercado, o Estado e a política são elementos indissociáveis, ligados através das “estruturas de direitos e obrigações” que sustentam a atividade mercantil. A contestação dessas estruturas por parte dos agentes pode levar a mudanças institucionais. A consideração da cultura e das ideias pela EPI leva, portanto, a um papel crucial da agência humana neste marco teórico, influenciando a evolução daquilo que é legítimo na esfera do mercado.

A relação entre as instituições e o desenvolvimento econômico, no sentido de mudança na estrutura produtiva e social, ou, nos termos de Marx, do processo de acumulação de capital, é uma relação de dupla causalidade, em que os dois elementos evoluem conjuntamente. A relação mais forte é a em que o desenvolvimento econômico altera o ambiente institucional, a partir de mudanças sociais que criam novas classes, demandando novas instituições, ou pela maior riqueza material que permite acesso menos custoso às instituições de maior qualidade. A relação em que as mudanças institucionais geram desenvolvimento econômico também existe, mas de forma complexa, dinâmica e não linear.

Por fim, as considerações feitas levam à conclusão de que o método mais adequado para análise de sistemas concretos é o histórico, pois é o único capaz de relacionar as complexidades das inter-relações institucionais com o caráter qualitativo dessas mesmas instituições. Além disso, os problemas de mensuração, agregação e comparação dificultam a utilização de métodos quantitativos, que, quando utilizados, devem ser através de séries temporais aliadas a interpretações históricas.

## Referências

AVILA, R. I. *As relações de causalidade estrutura-sujeito em Veblen e em Marx: perspectivas inconciliáveis?* Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CHANG, H. The economic theory of the developmental state. In: WOO-CUMINGS, Meredith. *The developmental state*. Itaca, New York: Cornell University Press, 1999.

CHANG, H. An institutionalist perspective on the role of the state: towards an institutionalist political economy. In: CHANG, Ha-Joon. *Globalisation, Economic Development and the Role of the State*. London: Zed Books, 2004a.

\_\_\_\_\_. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004b.

\_\_\_\_\_. Institutional Change and Economic Development: an introduction. In: CHANG, H. (Org.). *Intitutional Change and Economic Development*. United Nations University Press, 2007a.

\_\_\_\_\_. Institutions and economic development: theory, policy and history. *Journal of Institutional Economics*, v.7, n. 4, p. 473-498, 2011.

\_\_\_\_\_. Rompendo o modelo: Uma economia política institucionalista alternativa à teoria neoliberal do mercado e do Estado. In: ARBIX, Glauco et alii (orgs.) *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*. São Paulo: UNESP, EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. Understanding the relationship between institutions and economic development: some key theoretical issues. In: CHANG, Ha-Joon (Org.). *Intitutional Change and Economic Development*. United Nations University Press, 2007b.

CHANG, H.; EVANS, P. *The role of institutions in economic change*. Paper for the meeting of the "Other Canon" group. Oslo, ago. 2000.

CONCEIÇÃO, O.A.C.; BARCELLOS, O. O comportamento humano no pensamento institucionalista – uma breve discussão. ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA - *Anpec Sul*, 13, 2010, Porto Alegre. Anais do XIII Encontro Regional de Economia - Anpec Sul 2010. Porto Alegre: UFRGS, 2010, p. 1-23. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2010/programacao.asp>>. Acesso em: 1 de ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? *Análise Econômica*. Porto Alegre, Ano 18, n. 33, mar. 2000.

\_\_\_\_\_. A relação entre processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. Porto Alegre: *Ensaio FEE*. v.23, Número Especial, p. 603-620, 2002.

DEQUECH FILHO, D.. Economic institutions: explanations for conformity and room for deviation. In: XL ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2012, Porto de Galinhas. Anais do XL Encontro Nacional de Economia, 2012. p. 1-20.

EPSTEIN, G.. Central Banks as agents of economic development. In: CHANG, Ha-Joon (Org.). *Intitutional Change and Economic Development*. United Nations University Press, 2007.

FINNEMORE, M.. Norms, culture, and world politics: insight from sociology's institutionalism. *International Organization*, v. 50, n. 2, p. 325-347, 1996.

HODGSON, G. M. The Evolution of Institutions: An Agenda for Future Theoretical Research. *Constitutional Political Economy*, n. 13, 2002.

HODGSON, G. M. The Approach of Institutional Economics. *Journal of Economic Literature*. v.36, p.166-192, mar.,1998.

\_\_\_\_\_. Institutions and Individuals: Interaction and Evolution. *Organization Studies*, Thousand Oaks, v. 28, n. 1, jan., p. 95-116, 2007. Disponível em: <<http://www.geoffrey-hodgson.info/user/image/instindiv.pdf>>. Acesso em: 19 de jan. 2012.

HERSCOVICI, A. Irreversibilidades, incerteza e teoria econômica – reflexões a respeito do indeterminismo metodológico e suas aplicações na ciência econômica. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 34, n.4, p. 805-825, out-dez, 2004.

JOHN, J. The political economy of taxation and tax reform in developing countries. In: CHANG, Ha-Joon (Org.). *Institutional Change and Economic Development*. United Nations University Press, 2007.

LAZONICK, W. Corporate governance, innovative enterprise, and economic development. In: CHANG, Ha-Joon (Org.). *Institutional Change and Economic Development*. United Nations University Press, 2007.

MARX, K. *A sagrada família ou crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores*. São Paulo: Moraes, 1987

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro (I): O processo da produção do capital. v. 1 Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os economistas).

\_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro – o rendimento e suas fontes – a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MONASTÉRIO, L. M.. Veblen e o comportamento humano: uma avaliação após um século de “A teoria da classe ociosa”. *Cadernos IHU ideias*, São Leopoldo, n.42, p.1-14, 2005.

O'BRIEN, P. K. State formation and the construction of institutions for the first industrial nation. In: CHANG, Ha-Joon (Org.). *Institutional Change and Economic Development*. United Nations University Press, 2007.

POLANYI, K. *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 1957.

SIMON, H. A. Rationality in Psychology and Economics. *The Journal of Business*, v. 59, n. 4, 1986.

\_\_\_\_\_. Theories of decision-making in economics and behavioral science. *The American Economic Review*, v. 49, n. 3, , jun. 1959.

STANFIELD, J. The Scope, Method and Significance of Original Institutional Economics. *Journal of Economics Issues*, Armonk, XXXIII, n. 2, p.231-255, 1999.

VEBLEN, T. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *Essays in our changing order*. New York: Augustus M. Kelley, 1964.

\_\_\_\_\_. *The place of science in modern civilisation and other essays*. New York: Viking, 1952.